

A PESCA DE TRÓIA EM UBATUBA-SP: SUBSÍDIOS PARA O PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DA TAINHA, NO BRASILPeter Santos NÉMETH^{1*} & Antonio Carlos Sant'Ana DIEGUES¹

NUPAUB/PROCAM/IEE - Universidade de São Paulo

*e-mail: bambuluz@yahoo.com.br

Recebido em 10/04/2016

Resumo - O presente estudo etnográfico procura caracterizar a arte de pesca denominada pesca de tróia e os apetrechos utilizados nesse tipo de técnica pesqueira tradicional em Ubatuba. A pesca de tainhas e paratis (Família Mugilidae) é de grande valor socioeconômico e seus primeiros registros no litoral Sudeste brasileiro datam de meados do século XVI. Ainda hoje, a pesca de tróia é praticada em diversas comunidades locais do litoral Norte de São Paulo. Culturalmente, essa técnica de pesca é de extrema importância para a transmissão dos saberes tradicionais relacionados às artes de pesca praticadas em canoas à remo e uma das principais responsáveis pela manutenção do patrimônio cultural pesqueiro caiçara.

Palavras-Chave: Pesca tradicional caiçara, Tróia, Mugilídeos, Ubatuba

THE TROUBLE FISHING IN UBATUBA-SP: SUBSIDIES FOR THE MANAGEMENT PLAN FOR THE SUSTAINABLE USE OF TAINHA, IN BRAZIL

Abstract - This ethnographic study aims to characterize the fishing gear used in the traditional halieutic technique so-called *pesca de tróia*, at Ubatuba city. The mullets and *paratis* (Family Mugilidae) captures of great socio-economic value and its first records in the Brazilian southeastern coast date back to the mid-sixteenth century. Even today, the *tróia* fishing technique is practiced in several local communities from the north coast of São Paulo. Culturally, this type of fishing is extremely important for the maintenance and transmission of traditional halieutic knowledge related to paddling dugout canoes and one of the main schools responsible for the caiçara apprenticeship.

Keywords: Caiçara traditional fishing, Mugilidae, Ubatuba.

INTRODUÇÃO

Para capturar um grande cardume de uma só vez, com um tipo de rede de pesca especialmente confeccionado para este fim (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007), surgiu uma arte de pesca que mescla as técnicas e petrechos do arrastão de praia, da traina e do emalhe. Cercar à tróia, pescar de tróia, ou simplesmente “troiar” é o nome que se dá no litoral Norte de São Paulo à esta modalidade de pesca com rede de emalhe. O presente trabalho técnico busca caracterizar a “pesca de tróia” (SCHMIDT, 1948; MUSSOLINI, 1980; WILLEMS, 2003; BEGOSSI, 2011) realizada por canoas de um só tronco, na região de Ubatuba litoral Norte do Estado de São Paulo. Abordam-se questões relativas às técnicas de construção e uso desse petrecho de pesca, localmente chamado de “rede de tróia”, “rede de tainha” ou “rede de parati”, focando nos saberes e fazeres locais relacionados à pesca artesanal em canoas à remo.

MATERIAL E MÉTODOS

A comunidade estudada é a dos pescadores tradicionais locais da Praia da Enseada (UTM 23K, 491299E – 7401082N) em Ubatuba, São Paulo. O trabalho de campo desenvolveu-se do ano de 2001 até o ano de 2011, por meio da inserção total do pesquisador que residiu e trabalhou como pescador artesanal nesta comunidade. A coleta de dados ocorreu por meio da técnica de “observação participante” por meio do “trabalho de campo etnográfico” (GUBER, 2001), associada com entrevistas não estruturadas, conversas informais, atividades cotidianas da faina pesqueira e anotações em cadernos de campo.

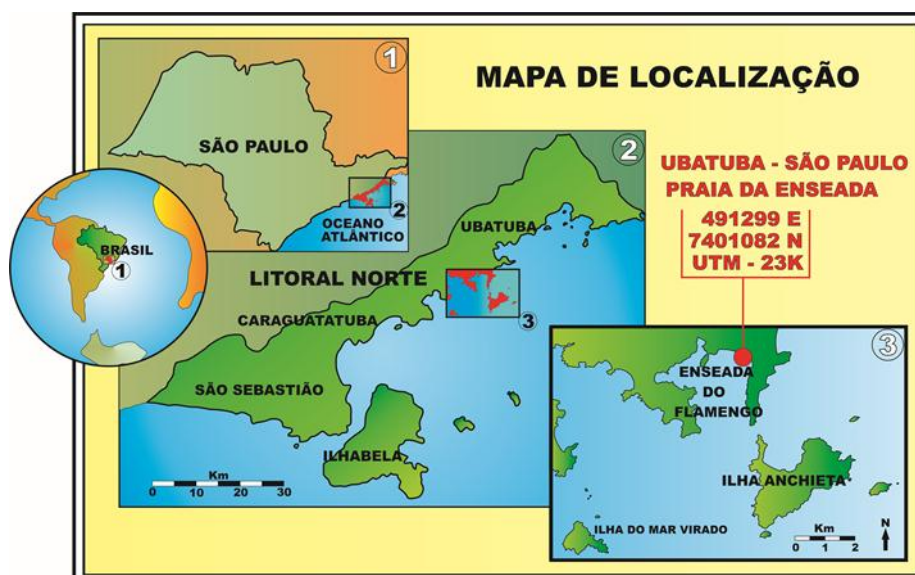


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo: Praia da Enseada, Ubatuba.
Autor: Peter S. Németh.

O estudo surge para preencher a lacuna existente nas normas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL) quanto à caracterização da “pesca de tróia”, ausência que tem causado, em última instância, graves equívocos de interpretação jurídica, que criminalizam os pescadores de canoas caiçaras da Praia da Enseada (SÃO PAULO, 2010) e a sua tradicional “pesca de tróia” local (IBAMA, 2007). Impressiona também a omissão total quanto à arte da “pesca de tróia” e seus apetrechos no importante “Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha, *Mugil liza*, Valenciennes, 1836, no Sudeste e Sul do Brasil” (BRASIL, 2015a). Este documento associa a técnica do “cerco”, quase sempre, à frota industrial de traineiras, e quando menciona a “trolha” e a “tróia” exclui o Estado de São Paulo dos locais em que esse tipo de pesca é praticada. Essa negligência tem contribuído para instruir legislações de interpretação ambígua e pouco precisas, como a Portaria Interministerial nº 4, de 14 de maio de 2015 (BRASIL, 2015b). Um exemplo dessa ambiguidade se encontra no Glossário das Artes de Pesca da Tainha, do Plano de Gestão, (BRASIL, 2015a), que primeiro define a arte do “emalhe”: **“EMALHE:** As redes de emalhar são artes de pesca classificadas como passivas, que são dispostas na coluna de água de forma a atuar tanto no fundo, no meia água e na superfície. Apresentam uma série de flutuadores (isopor) na parte superior e chumbada na parte inferior (Figura 1).

Na atividade de pesca da tainha este petrecho apresenta inúmeras classificações e formas de captura: Rede Feiticeira, Cambau, Picaré ou “caceio de praia”, Caceio ou deriva, **Lanço ou cerco**, Caracol ou redondo e Fundeio, caça e malha e arrastão de praia. [...] **Lanço ou cerco:** **A embarcação lança a rede em torno do cardume identificado visualmente, fechando o cerco e realizando a despesca. Em alguns casos, depois de fechado o cerco, com o intuito de provocar o emalhe dos peixes, os pescadores produzem estímulos sonoros por meio do motor ou de batidas com o remo na água** (BRASIL, 2015a: p.232-234, grifo nosso)”. E, logo depois, define a arte do “cerco”: **“CERCO: Rede de cerco ou traineira. A rede de cerco, comumente chamada no Brasil de Traineira**, conhecida também como rede de copo; em sua forma mais simples consiste em uma superfície de malhas com uma tralha superior, intercalada de flutuadores e uma tralha inferior com pesos (Figura 2). São usadas redes com panagem de poliamida ou outro material sintético, com comprimentos variados entre 200 e 600 braças (330 e 990 metros), com altura não superior a 50 braças (82,5 m), acompanhando a altura média da plataforma regional (BRASIL,

2015a: p.235, grifo nosso)”.
A fim de dirimir essas incongruências, foca-se esta análise nas artes relativas à pesca da tainha (*Mugil liza*¹) e do parati (*Mugil curema*) e nos petrechos e técnicas de pesca desenvolvidos, especialmente para essas espécies alvo. Este estudo terá como base os conhecimentos tradicionais locais sobre o comportamento dos cardumes, as características das espécies, o tipo de embarcação utilizada e as características do ambiente marinho em que esse tipo de pesca acontece. Assim, as informações reunidas poderão atender ao item 6.2.1.2.3 do Plano de Gestão (BRASIL, 2015a): “META 03 – Valorização das regras informais de gestão da pesca tradicional de tainha, através da formalização de seus territórios e práticas empregadas.” (BRASIL, 2015a: p.164).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

OS PETRECHOS DE PESCA E SUAS PECULIARIDADES LOCAIS

A complexidade das estratégias utilizadas na pesca artesanal tradicional se reflete na grande variedade de artes de pesca praticadas localmente pelos pescadores caiçaras. Essa variabilidade e diversidade de petrechos desenvolvidos e utilizados pelos pequenos pescadores é reconhecida pelo próprio CEPSUL. “A pesca artesanal tem características bastante diversificadas, tanto em relação aos diferentes habitats explorados, quanto aos estoques pesqueiros e às técnicas de pesca utilizadas. Um fator adicional de complexidade nesta categoria de pesca são os diferentes tipos de usuários, com diferentes estratégias e conhecimentos de pesca, bem como diferentes comportamentos sobre os locais e espécies frente aos recursos e ao ambiente” (CEPSUL). No entanto, sobre as “artes de pesca”, o CEPSUL oficialmente lista uma série de “petrechos”, cuja classificação é baseada no resultado de uma única publicação de 1994, do próprio órgão, cujo título é Guia Prático de Tecnologia de Pesca, de autoria de Manoel da Rocha Gamba. Esta listagem divide as “artes de pesca” entre as artes da pesca artesanal e da industrial, sendo o “emalhe” classificado apenas como: Rede de emalhe de fundo, Rede de emalhe de superfície, Rede de espera-fina, **Rede de volta/bate-bate**, Caçoeiro, Feiticeira (CEPSUL, grifo nosso). Consultada a bibliografia desse estudo de Gamba (1994), salta aos olhos a ênfase de pesquisa nas publicações internacionais (61.5%), em detrimento dos estudos relativos à pesca brasileira (38,5%). São negligenciadas pelo autor, e pela Área de Tecnologia da Pesca do CEPSUL, publicações clássicas referentes à pesca artesanal brasileira, feita por pesquisadores de extrema relevância como Schmidt (1948), Mussolini (1980) e Willems (2003), o brasque versam sobre os aspectos técnicos da pesca artesanal caiçara no litoral paulista, durante a

¹ *Mugil liza* e *Mugil platanus* são consideradas, desde 2010, a mesma espécie de tainha, devendo *Mugil liza* o nome a ser atribuído (MENEZES *et al.*, 2010 *apud* MIRANDA *et al.*, 2011: p.2).

primeira metade do século XX. Estes três autores seminais também estão ausentes da bibliografia do Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha (BRASIL, 2015a), estudo este que, embora reconheça grande a variedade de técnicas de pesca da tainha, ainda mistura o “emalhe” com o “cerco”, reforçando a ambiguidade: **“A pesca da tainha emprega uma grande diversidade de técnicas e tecnologias, como por exemplo: rede de emalhe e suas subdivisões, arrasto de praia, rede de cerco ou rede trolha ou traineirinha, armadilhas e tarrafas.** Por mais que algumas destas coexistam e compartilhem muito das suas características, variando apenas em suas dimensões e forma de operação, os critérios anteriormente apresentados qualificam algumas importantes diferenças entre as pescarias, que variam entre localidades de pesca e de acordo com a sazonalidade dos recursos pesqueiros ou safras. Desta forma, os pescadores fazem uso de diferentes configurações de redes, em termos de tipos de fios utilizados, formas de entralhe da rede, tamanho de malha, comprimento total e altura da rede” (BRASIL, 2015a: p.35, grifo nosso).

Também consultado o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca (ProPesq), com relação à pesca do parati no município de Ubatuba, não existe nesta base de dados uma só referência à pesca de tróia que é a principal, e quase exclusiva, arte de pesca utilizada para a captura dessa espécie na região. Devido à grande importância que a pesca dos mugilídeos (tainhas e paratis) desempenha desde o período colonial para as comunidades litorâneas do Sudeste brasileiro (STADEN, 1557; LÉRY, 1961; SCHMIDT, 1948; MUSSOLINI, 1980; SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007), uma análise que não contemple as particularidades locais ancestralmente estabelecidas pela tradição, as técnicas, os petrechos e artes de pesca amplamente registradas pela literatura, comete no mínimo um enorme equívoco metodológico.

PANORAMA HISTÓRICO DA PESCA DOS MUGILÍDEOS NO LITORAL SUDESTE DO BRASIL

Hans Staden, cidadão alemão que viveu como prisioneiro durante nove meses entre os Tupinambás no ano de 1554, é o autor de um dos relatos mais antigos da prática pesqueira brasileira associada aos mugilídeos. Este relato faz referências à importância da pesca dos mugilídeos para o universo material e simbólico Tupinambá, descrevendo os hábitos indígenas durante a pesca do *bratti*, a importância estratégica da espécie (por sua abundância) para o provisionamento de suas expedições de guerra, as artes de pesca empregadas na sua captura e as formas de conservação e consumo desse pescado. “Quando iniciámos a partida para a guerra, era no anno de 1554, cerca de XIII de Agosto, neste mez (como já foi referido aqui) uma espécie de peixe, que se chama em portuguez doynges (tainha), em espanhol liesses, e na língua dos selvagens bratti (parati) sahem do mar para as águas doces, para desovar.[...] Elles tem tambem pequenas redes, feitas de fibras, que

tiram de umas folhas pontudas e cumpridas chamadas Tackaun (tocum), e quando querem pescar com redes, reúnem-se alguns e cada um ocupa um lugar na água. Quando a água não é funda, entram alguns, formam um círculo e batem na água para o peixe afundar; é então cai na rede. Quem apanha mais divide com os outros. Muitas vezes vem à pescaria aqueles que moram longe do mar. Apanham muito peixe, secam-no ao fogo e moem-no num pilão, fazendo uma farinha que se conserva por muito tempo. Levam esta consigo e comem com farinha de raiz” (STADEN, 1900). Jean de Léry, também na mesma época, registra a importância da pesca do *kurema* e do *parati* entre os Tupinambás, “Primeiramente, afim de começar pelo gênero, os Selvagens chamam à todos os peixes de *Pira*: mas quanto às espécies eles têm duas sortes de tainhas prateadas² que eles nomeiam *Kurema*, e *Parati*, os quais à noite fervidos ou assados (e ainda mais o último que o primeiro) são excelentemente bons para comer” (LÉRY *apud* NEIVA, 1940, tradução nossa).

Algumas dessas estratégias básicas de captura desenvolvidas pelos Tupinambás e observadas no século XVI ainda permanecem em prática nos dias atuais, como o uso de redes especiais para cercar um cardume, o que se chama hoje de “pesca de tróia”.

Quase quatrocentos anos depois do relato de Staden (1557), Emilio Willems (2003), pesquisando a Ilha de Búzios e o litoral entre Ubatuba e Caraguatatubanos, nos anos 1947 e 1948, escreveu sobre os três tipos de redes diferentes utilizados pelos ilhéus, a “menjoada”, o “tresmalho” e o “picaré”, e suas técnicas de uso. Sobre a “pesca de tróia” ele especifica: “O tresmalho é muito parecido com a menjoada. É uma rede de guelra, que pode ser usada como rede de arrastão ou para a pesca de tróia, uma antiga técnica indígena de pescar. Quando um cardume é localizado, os homens saem em canoas e tentam cercá-lo com um tresmalho. Algumas canoas entram na área dentro da rede e os homens batem na água com varas para assustar os peixes, que fogem para a periferia da área e se emaranham na malha” (WILLEMS, 2003:64-65). Willems, em sua pesquisa, recebeu colaboração de Gioconda Mussolini, que, desde o ano 1945, havia iniciado uma série de viagens de campo à Ilha de São Sebastião, hoje Ilhabela em São Paulo. Essas viagens de Mussolini resultaram em um rico material que registrou, de forma extensa e detalhada, os saberes e os fazeres dos pescadores artesanais caiçaras locais. Mussolini teve a capacidade pormenorizar cada aspecto da faina pesqueira diária local, oferecendo uma narrativa que permite mergulhar profundamente no

² Léry no original escreve “*francs mulets*”, Milliet traduz equivocadamente em Léry (1961) para “verdadeiros sargos”, mas é no estudo de Arthur Neiva, Estudos da Língua Nacional (1940: p.153-164), sobre a origem do nome *parati*, em que se pode perceber como os esforços sucessivos de tradução através dos séculos podem criar distorções no significado do vocábulo original. Neste caso, decidiu-se traduzir do original transcrito por Neiva (1940: p.160-161), acompanhando as características mais marcantes do peixe, porém mantendo-se estritamente fiéis à sinonímia: *franc*, *argenté* (prateado).

universo haliêutico dos caiçaras. Sua descrição das práticas pesqueiras contempla técnicas construtivas e de uso dos petrechos, artes de pesca, comportamentos das espécies, táticas de captura e práticas socioeconômicas relacionadas com a cultura da pesca da tainha. Quanto aos “aparelhos de pesca” locais, a pesquisadora os classifica em: “1) os destinados a *ferrar o peixe* (arpão, fisga, anzol, espinhel); 2) *rede*, divididas em duas categorias essenciais: as de emalhar e as de envolver; 3) *armadilhas*, fixas ou flutuantes. Todos estes tipos se encontram no percurso de toda a costa brasileira, com predominâncias variáveis embora” (MUSSOLINI, 1980: 230-231, grifos da autora). Mussolini (1980) identificou e descreveu, talvez, o mesmo conjunto de práticas e saberes observados por Staden (1900), que atravessaram quatro séculos. Essa ciência empírica, restrita ao exercício prático da pesca, conservou intacta parte da cultura Tupinambá dentro da memória pesqueira caiçara. Desse modo, o livro desta autora, *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara* também reconhece, embora com cautela, as mesmas táticas pesqueiras indígenas, no emprego da *rede de emalhar*: “O princípio de emalhar o peixe, empregado principalmente nas redes destinadas aos que, como a tainha, dispõe do salto como defesa, de sorte que dificilmente são captadas por redes de envolver, é tão divulgado pelo mundo que não vamos atribuir à influência indígena esta prática adotada no Brasil, uma vez que as redes portuguesas também o põe em uso; **também creio ser muito comum o hábito de bater n’água para assustar a tainha, característica de um tipo especial de pescaria que se chama “pesca de abalo” na Bahia e de “pesca de tróia” em S. Paulo. Não deixa de ser interessante, porém, ressaltar que os índios já utilizavam estas duas técnicas importantes na captura do peixe**” (MUSSOLINI, 1980: 227, grifo nosso). E mais adiante, ainda sobre a “pesca de tróia” específica: “**Contudo, por certas condições da costa, como também por características de certos peixes, nem sempre é possível o emprego dos “arrastões de praia”, tornando-se, então, mais comum as “redes de emalhar” nas quais o peixe, cercado distante da praia, fica preso ou enforcado nas malhas.**[...] Digno de nota é que aqui esta rede se simplificou em relação ao antigo modelo português. Conservou aproximadamente a mesma forma de manejo em Portugal e também a sua característica de “rede de emalhar”, destinando-se, aqui como lá, especialmente à pesca da tainha. [...] O que se conhece hoje como tresmalho é uma rede de forma retangular e de comprimento aproximado de 90 metros, composta de uma única parede de malhas uniformes, de tamanho que permita prender o peixe pela cabeça, e que, portanto, é ditado pelo porte do peixe a que se destina³”(MUSSOLINI, 1980: 232-233, grifo nosso). Sobre as formas

³ Nesse ponto Mussolini (1980: 233) completa: “No tresmalho brasileiro, o fazedor de rede já conhece o tamanho padrão a ser empregado como bitola das malhas, bastando que se diga o peixe a que se destina”. Esse aspecto do petrecho é primordial para a compreensão de que o protagonista desse tipo especial de pescaria não é o pescador ou a rede e sim o cardume, seja ele de tainhas ou de paratis. Toda a arte de pesca,

de uso do “tresmalho”, e de como o tipo de uso implica em mudança de denominação do petrecho pelos pescadores locais, a autora explicita cabalmente: “É empregado de três maneiras diferentes: **1) Deixando-se a rede em posição transversal à correnteza. Ela se transforma, então em “rede de espera”,** como se diz no litoral, sendo visitada em intervalos regulares de algumas horas para a “despesca”. As visitas se amiúdam quando dá muito peixe; 2) Na pescaria conhecida nas costas paulistanas como “pesca de caceio”. Neste caso, a rede é lançada na água da maneira acima descrita, com a diferença, porém, de que o pescador, de dentro de uma canoa, mantém seguro na mão um cabo que se prende à tralha da cortiça, de sorte que a rede vai acompanhando o movimento da canoa que se desloca. Pelo movimento do peixe ao bater no tresmalho, o pescador pode calcular o vulto de sua pescaria e mudar de rumo em busca dos cardumes; **3) Finalmente, ainda se usa o tresmalho para fazer o “cerco” em pleno mar.** Neste caso, emprega-se como se diz, “um terno de tresmalhos” e duas canoas, descrevendo-se um círculo completo ao redor do cardume. (Cf. Gioconda Mussolini, 1945). **“Detenhamos, porém, um pouco mais nessa rede pelo fato de ela estar, principalmente no último caso, essencialmente ligada a tainha, peixe cuja pescaria, além de constituir denominador comum na cultura litorânea, tem atrás de si toda uma série de práticas tradicionais que ilustram o tipo de organização da pesca caracteristicamente local”**⁴ (MUSSOLINI, 1980: 233-234, grifo nosso). Schmidt (1948) é outro pesquisador importante que deixa registrado, no texto de sua obra, esse vocabulário *sui-generis* característico dos pescadores caiçaras. Contemporâneo de Mussolini e Willems, Carlos Borges Schmidt também revisita Staden e Léry para estabelecer uma conexão entre as técnicas da cultura pesqueira Tupinambá e a caiçara atual. “Hans Staden, o mais antigo e um dos mais sérios cronistas do primeiro século, deixou-nos, com Jean de Lery e outros, o relato dos seus usos e suas técnicas. As flechas e **as redes**, além da linha e do timbó, eram os seus processos e os seus recursos, dos quais ainda hoje não se afastou muito, em especial do segundo, **o mais útil e mais precioso, empregado sob as mais diversas formas e com as técnicas as mais diferentes e sagazes.[...]Desta técnica teria sobrevivido até os nossos dias seu aspecto substancial [...]**” (SCHMIDT, 1948:3, grifo nosso). Em meio a uma extensa descrição sobre os mais variados aspectos da pesca tradicional caiçara, como espécies capturadas, épocas de captura, hábitos socioeconômicos locais, técnicas e petrechos utilizados, além

incluindo táticas e petrechos é construída em torno do comportamento, hábitos e estrutura física dos mugilídeos.

⁴ Aqui a autora enfatiza que usa o termo “pesca local” em oposição à “pesca de maior vulto, realizada por barcos a motor, dispondo de aparelhamento dispendioso e assalariando os trabalhadores”, sendo, a pesca de maior vulto, responsável pela “progressiva decadência da pesca local” (Mussolini, 1980: 234).

de um impressionante registro fotográfico dos pescadores caiçaras em ação, o autor finalmente descreve os petrechos de emalhar, que para ele, “Com a maneira de pescar dos Tupinambá muita semelhança possui o sistema chamado “de troia”, dos atuais litorâneos” (SCHMIDT, 1948:5). “O “tresmalho” é uma rede de 40 a 60 braças de comprimento, usada para a pesca de “espera” ou “de troia”. [...] Para a pesca de troia, a rêde é levada para o mar e ali lançada ao redor de um cardume, formando como que um cercado, as pontas transpassadas. As canoas atracam nas boias da rêde, ou dentro do cercado. Começam a bater na água com a “poita”. Esta é ainda um dos muitos resíduos da idade da pedra na cultura atual. Um pedrouço de regular tamanho, aí com palmo e meio de diâmetro, com um arame, corda ou cipó ou pedaço de rede velha passado ao redor, é amarrado a um cabo. Está feita a poita. Com ela batem na água, espantando o peixe, fazendo com que êle, tentando fugir, prenda-se às malhas, fique emalhado. Depois levantam a rêde, no mar mesmo, retiram o peixe, jogam-no nos balaios no fundo da canoa, e soltam a rêde novamente. [...] Uma pesca de troia, com 40 a 60 braças de rêde, exige 6 homens para o trabalho, em duas canoas” (SCHMIDT, 1948:19). Essa descrição da “pesca de tróia” feita por Schmidt, mesmo após quase setenta anos de seu registro, se comparada com a técnica da “tróia” atual, irá apenas diferir, quanto ao tamanho da rede, número de canoas e de camaradas empregados no “cerco à tróia”. Hoje, apenas uma única canoa e dois pescadores⁵, um “popeiro” e um “chumbereiro” são responsáveis pelo manejo de apenas uma rede especialmente confeccionada para capturar ou tainhas ou paratis. Para cada uma dessas espécies será construído um petrecho, com comprimento, altura e tamanho de malha, adequado para a espécie alvo e para a profundidade local. A canoa também é específica para cada espécie, pois cada rede depois de “entrelhada”, adquire um volume próprio ao ser embarcada, existindo duas classificações, a “canoa de tainha” (maior) e a “canoa de parati” (menor)⁶. “Na região, não se utiliza mais o arrastão-de-praia, tanto pela pouca disponibilidade dos cardumes como pela dificuldade de conseguir a mobilização do grande contingente humano necessário para a pescaria, decorrente de alterações na organização social das comunidades. Assim, tainhas e paratis são capturados, atualmente, quase que exclusivamente pela pesca com rede-de-emalhe. Para que sejam eficientes, é importante que as redes destinadas à captura de tainhas e paratis tenham sua tralha de chumbo encostada ao fundo e a tralha de bóias na superfície. As características da região levaram ao uso de redes para tainha com 3 a 4 panos de altura (até 14,0 m) e malha acima de 10 cm

⁵ Raramente três pescadores, e, mais raro ainda, apenas um pescador manejando a rede e a canoa.

⁶ Uma “canoa de tainha” mede em média 6,4 metros de comprimento por 0,8 metro de boca, e uma “canoa de parati” mede 4,8 metros de comprimento por 0,6 metro de boca. Suas capacidades de carga são de aproximados 1.000 quilos e 500 quilos, respectivamente.

entre nós opostos e redes para parati com 3 a 4 panos de altura (até 8,5 m) e malha 6 cm entre nós opostos, por serem tais dimensões consideradas adequadas para o fim a que se destinam” (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: 7).

O Mestre Antenor dos Santos, pescador local da Praia da Enseada, é um grande construtor de “redes de tróia”, sendo esse tipo de pescaria a especialidade e a que mais gosta de praticar, segundo ele, pela dificuldade “esportiva” da captura, que requer habilidade e paciência: “Ah rapaiz, pescaria que... vô dizê pra você... de verdade memo é cercá parati... é... cercá é a melhor coisa (risos). Negócio de pescá de linha essas coisa, já enjoou né, você perde tempo né... O parati, pescá assim de parati tu rema um bocado, cerca, é uma canseira, como se fosse um jogo. Então... cê tá vendo o peixe na sua frente, cê não pode pegá, cê cerca, perde, sabe... uma canseira... tem veiz que cê mata um poquinho, cê vem embora contente... uma coisa assim... é gostoso. [...] Você tá sempre trabalhando né... então cê vê o cardume, cê cerca aqui, perde, tá lá na frente, quer dizer sempre né... até que mata um bocado, vem embora, uma coisa facinho, pertinho da praia, é gostoso, é uma pescaria que eu gosto” (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal). Segundo este mesmo Mestre pescador, a dimensão ideal de uma “rede de parati” para “cercar à tróia”, malha 6 (60 milímetros entre nós opostos) e “fio 0.30”, é de “4 panos de comprimento por 3 panos de altura”, o que equivale à aproximadamente 240 metros de comprimento por 10 metros de altura. Já uma “rede de tainha” ideal, malha 10 (100 milímetros entre nós opostos) e “fio 0.40”, deve ter “5 panos de comprimento por 3 panos de altura”, o que equivale à aproximadamente 300 metros de comprimento por 15 metros de altura. Sobre a “braça”, o Mestre Antenor explica: “Vô fala uma coisa pra você, a braça, eu te avisei, num é a medida, é um cálculo... minha braça, se eu fazê uma rede, ela fica cum trinta e cinco (35) braça, é porque eu tenho um metro e setenta e dois de altura (1,72 m), então cem (100) metro dividido pra isso dá a medida que eu fiz. Se você for uma pessoa mais alta, a braça é maior” (DOS SANTOS, 2015). Convém explicar ainda que a “bitola da arcala do entralhe” é cerca de 2 centímetros menor do que o tamanho da malha do “pano” a ser “entralhado”, o que reduz ainda mais o comprimento final da rede pronta. Nas lojas, os “panos” novos, de qualquer malha, são vendidos com 100 metros de comprimento. “Tem uma coisa, a rede, você vai pegá a bitola, você pega uma tabinha que é o tamanho da malha, adepois que você faz o tamanho da malha, você põe o dedo polegar em cima e corta o tamanho da cabeça do dedo num é?... Então cê vai tirá aí um centímetro e meio quase dois... sabe... então é a diferença pra rede não ficá esticada. Se você estica muito o pano da rede ela fica igual uma cerca, o peixe num malha” (DOS SANTOS, 2015). No entanto, a técnica da “tróia” pode ser executada com outros tipos de rede. Certa vez, o Mestre Antenor dos Santos não tendo uma “rede de tainha”, emprestou uma “rede

boiada de matar sororoca” (tresmalho de caceio) com 140 braças de comprimento e 2 panos “de alto”, malha 11 (110 milímetros entre nós opostos) e “fio 0.40”. Com essa rede capturamos quatro “caixas chapadas” (cerca de 100 kg) de tainhas. “Lembra Alemão... naquela noite que nós matemo aquela tainhada aí no lagamar? A turma foi atrás da tainha lá na Ilha e nós saímos aqui por terra memo, porque a rede do Zé Luiz num dava pé lá fora... Achemo o peixe aí memo, perto das bóia de marisco... mansinho... Ai ai ai que trancada... a rede engarranchô... adepois nós esquecemo a pedra pra batê... mas o peixe já tava malhando... aquele incêndio dentro do lanço com a ardentia... nós fomo até a costeira pegá uma pedra, mas nem precisava... a cortiça já tava tudo no fundo. Matemo quatro caixa chapadinha de tainha de malha 11, só bitelona memo... cada perna de ova...” (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal).

Essa adaptabilidade também se reflete nas espécies alvo da “pesca de tróia”. Embora a tainha e o parati sejam as espécies mais características dessa arte, qualquer cardume de outras espécies pode ser capturado (intencionalmente ou por engano). Os mais comuns são ubeba, caratinga, taperá (guavira miúda), corvina, robalinho, bagre, xaréue o carapau. No entanto, algumas dessas espécies, devido ao seu comportamento, morfologia ou força, podem danificar muito a rede, o que as coloca sempre como uma segunda opção em relação aos mugilídeos (Figura 2).



Figura 2. Pescadores de tainha: Déco e Chico Paru, trespassando a rede para fechar o lanço.

Foto: Peter S. Németh, Enseada do Flamengo, junho de 2008.

O preço de custo de uma “rede de parati” nova, com cerca de 170 braças, sem a inclusão dos aproximados 7 (sete) dias de mão de obra para sua confecção, gira por volta de R\$ 3.000,00 (três

mil reais) e o de uma “rede de tainha” nova, com cerca de 210 braças, pode custar cerca de R\$ 5.000,00⁷ (cinco mil reais), também sem a mão de obra de aproximados 10 (dez) dias para sua confecção incluída (DOS SANTOS, 2015; DE JESUS, 2015). O valor de uma “canoa de tainha” usada, incluída uma rede malha 10 e fio 0.40 com 280 braças de comprimento por 3 panos de altura, gira por volta de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (DA GRAÇA, 2015). Já uma “canoa de tainha” usada, sem a rede, pode custar por volta de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e uma “canoa de parati” usada, também sem a rede, até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dependendo do estado de conservação (DE JESUS, 2015). O pescador Paulo Luiz de Jesus, que possui os dois tipos de petrechos e as respectivas canoas, nos informou que costuma colocar um pedaço de pano de rede “malha 11” na ponta da “rede de tainha” para capturar algumas tainhas “escolhidas” (maiores) e que a sua “rede de parati” possui 200 braças de comprimento por 3 panos de altura, sendo feita com “panagens” de rede “malha 7”, o que também proporciona a captura de paratis de tamanho maior, embora em menor quantidade. Segundo ele, seu recorde máximo de captura de tainhas em canoa à remo, em um único “lanço” com “rede de tróia”, foi de aproximados 500 quilos, já o de paratis (Figura3), foi aproximadamente de 200 quilos (DE JESUS, 2015).

Outros relatos de pescadores locais informam que o recorde máximo de captura de tainhas em canoas à remo, em um único “lanço”, foi entre 500 e 1.200 quilos, e o de paratis ficou entre 200 e 400 quilos (DOS SANTOS, 2015; DA GRAÇA, 2015; SALOMÉ DE JESUS, 2015; DE GÓIS, 2015). Vale destacar que no citado “lanço” de 1.200 quilos de tainhas, cerca de 30% dos peixes capturados tiveram que ser remanejadas para outra embarcação, pois “mais que uma tonelada, a canoa de tainha num pega” (DOS SANTOS, 2015; DA GRAÇA, 2015). Portanto, a capacidade de carga de cada tipo de canoa limita tanto o tamanho da rede (que precisa caber dentro da mesma, assegurando a navegabilidade), quanto a quantidade de peixe que pode ser capturada durante a pescaria. Certa vez, ao ser capturado cerca de 400 quilos de paratis em um só “lanço”, e, após a proa e a popa ficarem completamente cheias de peixe já “desmalhado”, foi preciso interromper o “desmalhe” e distribuir a rede ainda cheia de peixes uniformemente dentro da canoa, para evitar que esta afundasse. Foi necessário ir embora para “desmalhar” o restante do peixe na praia, faltando menos que cinco centímetros para a água entrar dentro da canoa pelos bordos.

Alertam Seckendorff e Azevedo (2007: 6-7) explicitam que “a frota industrial de traineiras do sul e do sudeste do Brasil passou a dirigir suas capturas para espécies antes consideradas acessórias, entre elas, a tainha” e que as capturas de tainhas e paratis pela pequena pesca artesanal

⁷ Cotação do dólar em junho de 2015, época do nosso levantamento, por volta de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos).

“nem sempre são reportadas para consolidar a estatística pesqueira”, principalmente, quanto ao parati. Assim, esses autores recomendam: “Os mugilídeos, particularmente a tainha, são recursos tradicionalmente explorados pela pesca costeira, tendo sido incorporada a diversas manifestações culturais. A tainha é capturada, ao longo de sua área de ocorrência, por diversas modalidades de pesca, predominantemente durante a migração reprodutiva, o que a torna um recurso vulnerável, podendo, se explorada de forma indevida, acarretar prejuízos para as pescarias futuras. **Recomenda-se monitorar as capturas de tais espécies e baseado no acompanhamento de tal cenário, adotar medidas de ordenamento que levem em consideração as características biológicas das espécies e as particularidades de cada região onde este recurso pesqueiro é explorado**” (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: 7, grifo nosso).

Miranda *et al.* (2011) defendem a suspensão da pesca de tainha pela frota de traineiras, e citam que em julho de 2010, apenas uma única traineira “matou” mais tainhas do que o total capturado no mesmo mês pela pequena pesca, em catorze (14) municípios paulistas. Alertam também que em São Paulo nesse mesmo ano de 2010, nos meses de junho e julho, apenas 1,1% das unidades produtivas envolvidas na pesca da tainha, eram de traineiras. Mesmo assim foram responsáveis, realizando apenas 0,4% das descargas, por 50,1% da captura total de tainhas. Demonstram os autores, cabalmente, a imensa desproporcionalidade entre a frota de traineiras e a pequena pesca, resultando em competição desigual, menor disponibilidade da espécie para as populações tradicionais e maiores custos socioeconômicos e culturais para os usuários desse recurso pesqueiro (MIRANDA *et al.*, 2011: p.17-19).

A ÉTICA LOCAL NA “PESCA DE TRÓIA”

A “pesca de tróia” é a que demanda maior habilidade e experiência da dupla que tripula a canoa. O objetivo principal desta arte é localizar, monitorar, perseguir e capturar uma família de peixe que é considerada a mais “esperta” e arisca do litoral, a *Mugilidae*, que engloba as tainhas e os paratis (DIEGUES, 2004:270; MUSSOLINI, 1980:270). A habilidade conjunta dos companheiros dentro da canoa, tanto para remar sem ruído durante as manobras, escutar ao longe o barulho do cardume na água, enxergar durante o dia o “cinzeiro” na superfície da água, ou no escuro localizar visualmente a ardentia “acendendo” o mar, é fator crucial de sucesso ou fracasso. O entrosamento da dupla deve ser perfeito, os comandos dados pelo “popeiro”(mestre com maior experiência) devem ser rapidamente executados pelo “proeiro” sem hesitação, sob pena de perderem o “lanço” (MUSSOLINI, 1980: 261-273); embora a decisão de largar ou não a rede para iniciar o cerco seja tomada pelos dois, em consenso.

A pesca da tainha e sua forte ligação com o modo de vida, com a cultura e o universo

simbólico do caiçara (DIEGUES, 2004:260-296; SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007:7; MIRANDA *et al.*, 2011: p.17-19) deixa a comunidade imersa em um estranho “frenesi” durante a safra que vai de junho a agosto. Nesse período do “tempo frio”. Não é raro a mentira, o “arremedo”, as brigas e discussões acaloradas entre os pescadores durante as disputas pelos cardumes. No entanto, a regra geral é a de quem “chegar primeiro” ao cardume, ter a preferência. Se outras canoas chegam ao local onde uma já “está no peixe”, elas podem ficar próximas, mas não tanto a ponto de atrapalharem o “lanço” uma da outra. Caso a primeira canoa “largue a rede”, mas o peixe escape do cerco, a outra pode se posicionar para tentar capturar o cardume que escapou, e assim por diante.

Mesmo que o proprietário da rede de tainha ou de parati não participe diretamente do trabalho da pescaria, o “terço da rede”, que equivale a 1/3 do resultado total capturado pela canoa, lhe será reservado. No entanto, se o dono da rede participa da pesca, lhe é facultado decidir dividir o resultado da pesca “meio a meio” ou em duas partes para ele e uma para o companheiro. Outra regra de ouro da “etiqueta caiçara” é sempre oferecer um “peixe para comer” aos companheiros que sempre cooperam para tirar a canoa da água, ou que vez por outra pescam juntos (SCHMIDT, 1948; NÉMETH, 2010), atitude que reforça os laços comunitários e promove a manutenção dos valores tradicionais locais. Mais do que a importância socioeconômica, na manutenção da sobrevivência material dos pescadores artesanais locais, pode-se dizer que arte da pesca de tróia se insere no rol das pescarias, cujo maior valor está em proporcionar a própria subsistência cultural do modo de vida caiçara.

CONCLUSÕES

O trabalho demonstra a falha dos órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização e gestão dos recursos pesqueiros em conhecer, reconhecer e legislar sobre a diversidade de artes de pesca, técnicas e petrechos desenvolvidos e adaptados localmente de acordo com as peculiaridades de cada espécie alvo e cada ambiente marinho, pelos pescadores artesanais caiçaras locais. O governo, por meio do Plano de Gestão para Uso Sustentável da Tainha, privilegia a pesca industrial, na medida em que não reconhece a expressiva arte da pesca de tróia em São Paulo, e, apesar da moratória recomendada pelos cientistas, ainda permite o número máximo de cinquenta traineiras autorizadas para pescar tainhas, em 2015 (BRASIL, 2015c). Este processo de construção de políticas públicas por meio de normas de comando e controle, que é fruto do embate das ideias tentando apreender ou moldar a dimensão física material, de acordo com interesses político-econômicos é, em sua essência, antagônico ao processo de construção do regramento tácito das populações tradicionais, em que é a natureza material dos espaços, com seus ritmos, ciclos, surpresas e geografia peculiares,

quem molda as “leis do respeito”, dentro de uma tradição cultural haliêutica local. Desse modo, o saber tradicional está em consonância com o plano bio-geofísico em que se insere, em um processo análogo ao científico de constante avaliação, corroboração, adaptação e revalidação do conhecimento pesqueiro local. Portanto, qualquer tentativa de governança sobre essas culturas-territórios-ambientes sem considerar as dimensões materiais e simbólicas das populações locais, as técnicas de pesca e a capacidade de gestão eficaz do ambiente natural, em que estão inseridas, contribui para a construção de uma política pública natimorta, impossível de ser colocada em prática.

REFERÊNCIAS

BERKES, F.; MAHON, R.; McCONNAY, P.; POLLNAC, R. & POMEROY, R. (2006). *Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos*. (Org.) KALIKOSKI, D. C.. Rio Grande: Editora da FURG. 359 p.

BEGOSSI, Alpina. (2011). *O cerco flutuante e os caiçaras do litoral norte de São Paulo, com ênfase à pesca de trindade, RJ*. Interciência, Nov. 2011, Vol. 36, Nº 11. p: 803-807. Acessado em 05 de agosto de 2015 em: <http://www.pesnochao.org.br/databank/documento06.pdf>.

BRASIL. (2015a). *Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha, Mugil liza Valenciennes, 1836, no sudeste e sul do Brasil*. MPA/MMA. Brasília, abril de 2015. Acessado em 13 de agosto de 2015 em: http://www.mpa.gov.br/files/docs/Planos_e_Politiclas/Plano_de_Gestao_da_Tainha_MPA-MMA.pdf.

BRASIL. (2015b). PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 4, de 14 de maio de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 de maio de 2015, nº 91, Seção 01: p. 24.

BRASIL. (2015c). INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 6, de 18 de maio de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de maio de 2015, nº 93, Seção 01: p. 27.

DA GRAÇA, James Jardim. (2015). Comunicação pessoal, entrevista de campo.

DE GÓIS, Nelson. (2015). Comunicação pessoal, entrevista de campo.

DE JESUS, Paulo Luiz. (2015). Comunicação pessoal, entrevista de campo.

DIEGUES, Antonio Carlos. (2004). A pesca construindo sociedades: a história ecológica da tainha no litoral sudeste-sul brasileiro. In: DIEGUES, A.C. (org.) *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub/USP. p.243-315.

DOS SANTOS, Antenor. (2015). Comunicação pessoal, entrevista de campo.

GAMBA, Manoel da Rocha. (1994). *Guia prático de tecnologia da pesca*. Acessado em 07 de agosto de 2015 em:

http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1994_gamba_guiapratico.pdf.

IBAMA. (2007). INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 166, de 18 de julho de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de julho de 2007, nº 138, Seção 01: p. 59.

LÉRY, Jean de. (1961). *Viagem à terra do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 280p.

MIRANDA, L. V. ; CARNEIRO, M. H. ; PERES, M. B. ; CERGOLE, M. C. & MENDONÇA, J. T.. (2011). *Contribuições ao processo de ordenamento da pesca da espécie Mugil liza (Teleostei: Mugilidae) nas regiões sudeste e sul do Brasil entre os anos 2006 e 2010*. Série Relatórios Técnicos (Instituto de Pesca. Online), v. 49, p. 1-23, 2011. Acessado em 22 de outubro de 2015 em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_49.pdf

MUSSOLINI, G. (1980). *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 287p.

NEIVA, Arthur. (1940). *Estudos da língua nacional*. Companhia editora nacional. 371p.

NÉMETH, Peter Santos. (2010) *Glossário caiçara de Ubatuba*. São Paulo: All Print. 131p.

PROPESQ. (sem data) Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca. Acessado em 21 de outubro de 2015 em: <http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/propesq/web/app.php/publico/usuarioexterno/>.

SALOMÉ DE JESUS, Pedro Paulo. (2015). Comunicação pessoal, entrevista de campo.

SÃO PAULO, ESTADO. (2010). PAULO LUIZ DE JESUS E OUTROS X ESTADO DE SÃO PAULO. *Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Judicial - 1ª Instância - Interior - Parte III*. São Paulo, Ano IV - Edição 829, p. 2203-2204. Acessado em 12 de agosto de 2015 em: <http://www.dje.tjsp.jus.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=5&nuDiario=829&cdCaderno=15&nuSeqpagina=1>.

SCHMIDT, C. B. (1948). *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola – Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Separata da Revista do Museu Paulista, Nova série, vol. 1, 1947. 44p.

SECKENDORFF, R. W. von; AZEVEDO, V. G. de. (2007). *Abordagem histórica da pesca da tainha mugil platanus e do parati mugil curema (perciformes: mugilidae) no litoral norte do Estado de São Paulo*. Série Relatórios Técnicos, São Paulo, n. 28: 1-8, 2007. (ISSN: 1678-2283). Acessado em 06 de outubro de 2010 em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_28.pdf.

STADEN, Hans. (1557). *Warhaftige Historia vnd beschreibung eyner Landtschafft der Wilden*. Acessado em 05 de agosto de 2015 em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06000100>.

STADEN, Hans. (1900) *Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. Tradução: Alberto Löfgren, Teodoro Sampaio. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. Acessado em 05 de agosto de 2015 em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01737100>.

CEPSUL.(sem data). Artes de Pesca. Acessado em 07 de agosto de 2015 em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/component/content/article.html?id=47>